

# Paradoxos do crime-negócio global no Brasil

Alba Zaluar<sup>1</sup>

## Introdução

A globalização tem sido analisada e avaliada em seus aspectos ambivalentes e paradoxais. A extensa rede de comunicação no planeta, a rapidez e o alcance com que produtos, idéias, modelos e pessoas viajam têm contribuído para diminuir o desconhecimento dos outros, criando assim mais condições para o hibridismo cultural, que o Brasil conhece desde o século XVIII, e para uma cultura cosmopolita em que a multiplicidade de culturas locais seja aceita no cenário mundial sem ser esmagada pelos mecanismos da uniformização cultural. Mas há o lado escuro da globalização. O domínio da lógica do mercado sobre as demais instâncias da vida social e política, a divisão de nações, grupos e pessoas entre vencedores e perdedores fazem da competição uma inexorável e interminável atividade humana. O jogo soma zero que se segue afeta não apenas os sistemas de proteção social já estabelecidos, mas também a vida pessoal de cada ser humano.

Mas aquele efeito da globalização que mais claramente aponta para o que faz regredir o processo civilizatório tem sido pouco explorado nas conexões com o que se poderia chamar o crime-negócio global, cujos principais setores são o tráfico de drogas e de armas no mundo.

Entre criminólogos, tornou-se um lugar comum dizer que o tráfico de drogas ilegais, tendo sido instituído como crime, tornou-se uma atividade econômica transnacional com conexões nos negócios legais e formais. De fato, alguns de seus efeitos só são entendidos quando se tomam as relações simbióticas entre diferentes atores que têm interesses comuns e formam tecido social, econômico e institucional bem entrelaçado. Este tecido compõe o que deve ser considerado como o elemento sistêmico que existe, no interior e fora das nações, nas redes transnacionais das atividades econômicas criminosas (Van der Veen, 1998).

---

<sup>1</sup> Professora titular de Antropologia do Instituto de Medicina Social da UERJ, coordenadora do NUPEVI (Núcleo de Pesquisa das Violências): [www.ims.uerj.br](http://www.ims.uerj.br)

Outra afirmação disseminada entre criminólogos é a que se refere ao processo de globalização, nem sempre esclarecendo a dinâmica que conecta as atividades ilegais do comércio de drogas ao sistema financeiro volátil e transnacional bem como aos valores e práticas sociais que permitem a reprodução dessas atividades. Nas teorias sobre a globalização, a que nos interessa particularmente é a que assinala o domínio dos princípios do mercado e a predominância do capital financeiro, com todos os seus jogos para ganhar dinheiro muito rapidamente, em detrimento da produção, especialmente a industrial, assim como a ruptura com regras morais e institucionais na volúpia do ganhar. Os princípios do neoliberalismo invadem ainda mais avassaladoramente aquelas formações sociais em que instituições são corporações fechadas de pouca legitimidade e onde tradições morais não demonstram capacidade de resistir às imposições, armadilhas e tentações do novo e rápido mercado global.

Não só a volatilidade e a rapidez do mercado financeiro internacional facilitaram as manobras para a lavagem do dinheiro ganho em atividades ilegais diversas, como a própria cultura empresarial se modifica. O objetivo deixa de ser poupar para investir, e passa a ser o de ganhar dinheiro facilmente, e de qualquer maneira, para consumir de modo hedonista (Sassen, 1991; Castels & Mollenkopf, 1992). Outro autor assinala que a concepção de futuro foi alterada pelas incertezas do novo ambiente econômico e os medos despertados pela competição onipresente e infundável entre nações, grupos e pessoas. Em vez de poupar para investir no futuro, gastos consumistas com o dinheiro de plástico, o ubíquo cartão de crédito. (Bauman, 2007: pg. 19).

Valores culturais modificados acompanharam tais mudanças nas formações subjetivas: valores individualistas e mercantis selvagens se disseminaram durante os anos setenta e oitenta em países como o Brasil, traduzidos pelas expressões corriqueiras « fazer dinheiro fácil » e « tirar vantagem de tudo », também próprios desta nova fase do capitalismo globalizado. Ou seja, a sociedade brasileira, pode-se dizer, sofreu o impacto da colonização pelo mercado e passou a carecer dos limites morais usualmente fornecidos pelo social e pelo institucional consolidado e preparado para enfrentar os novos desafios de uma economia que tornou mais informal, precário e desprotegido o trabalho presente, ainda mais incerto o futuro.

Como uma atividade ilegal e invisível, o comércio de drogas faz parte deste novo ambiente social, econômico e cultural. Foi, portanto, o próprio capitalismo na era da globalização que favoreceu, estimulou e criou uma nova cultura que afeta desde os empreendedores econômicos de vários níveis até o mais reles consumidor dos muitos novos bens ofertados, legais e ilegais, com as facilidades da rapidez das conexões internacionais. São os atores no varejo do tráfico, que ficam na ponta final das extensas redes de envolvidos nessa atividade econômica, os focalizados neste texto. É preciso entender por que são homens jovens e pobres que se matam entre si em países como o Brasil. É este o enigma que a causalidade objetiva não consegue resolver, obrigando a reformulação da pergunta: quais são os efeitos dessa nova cultura nas práticas sociais dos jovens traficantes dos pontos de venda das drogas, ou seja, nas formações subjetivas por eles internalizadas nos últimos 30 anos na cidade do Rio de Janeiro?

### **Crime organizado?**

Antes de tudo, é preciso lembrar que há muitas polêmicas na literatura sobre o tráfico. Uma das mais acirradas diz respeito à organização do crime. Neste texto entende-se que o crime organizado global funcionaria em redes de conexões organizacionais e interpessoais, que são ao mesmo tempo hierárquicas e horizontais, cujos fluxos operam em relações nem corporadas nem burocráticas. Isto é, o conceito de rede refere-se a relações abertas no tempo e no espaço, conectando inúmeras pessoas através de contatos de diversos tipos (Schiray, 1994) que vão se multiplicando pelos intermediários ligados por laços variados, inclusive os meramente ocasionais (Zaluar, 1998).

Esta perspectiva permite compreender como os padrões macro-sociais estão presentes nas atividades e relações micro-sociais nas pontas do comércio de drogas espalhadas por vastos territórios. Permite também entender a persistência de tais arranjos apesar dos conflitos mortais que resultam da clandestinidade, ceifando as vidas dos jovens que operam nas pontas destas redes.

Polêmico também é o entendimento dos impactos econômicos do tráfico de drogas nos países onde se estabeleceu. Sendo criador de riquezas e de empregos, aumentaria a velocidade e o volume na circulação de dinheiro. Porém,

muito pouco se aprofundou na micro-sociologia das relações entre o dinheiro e o tráfico, entre esse rebuliço nas atividades econômicas que atravessam fronteiras nacionais e seus efeitos políticos e culturais dentro dos estados-nações que acabam afetando sua economia.

De fato, um dos principais problemas mundiais é a incapacidade demonstrada pelos estados nacionais de controlar o uso de drogas ilegais, mas principalmente o mundo criminal sinistro que se desenvolveu para fazê-las circular por toda parte com uma logística que impressiona pela sua eficácia. Todavia este mercado é apenas uma parte do sistema de funcionamento do crime-negócio, mais ou menos organizado, que funciona em diversos setores, utilizando redes e mecanismos similares com o intuito de aparentar operações limpas e legais. Já que os setores econômicos, sobretudo os ilegais, misturam os mercados formal e informal, tecem vários setores legais e ilegais, ao mesmo tempo em que conectam instituições governamentais e comerciantes da droga, os negócios destes penetram em muitos dos setores legais da sociedade. Tais setores funcionam freqüentemente na economia formal, mas obtêm uma parte de seus lucros das atividades do tráfico de drogas e outras atividades criminosas. Eles seguem mais diretamente outros tráficos, como o de armas e de roubo de mercadorias nas estradas. Seguem também as redes financeiras para a lavagem do dinheiro que vem de muitas outras atividades ilegais tais como o contrabando, a corrupção governamental, a receptação de objetos roubados e os muitos tráficos existentes. Isto fica claro no caso dos bancos, do mercado imobiliário e das companhias de transporte que fornecem serviços para os negócios ilegais e os mecanismos principais da lavagem de dinheiro sujo. A macro economia da droga, embora suscite crescimento econômico e aumente a circulação de moeda, tem efeitos perversos diversos nos planos econômico, político e cultural que se revelam de maneira particularmente dramática nos pontos finais dos seus arranjos reticulares, afetando a vida de todos os habitantes das cidades onde vicejam suas atividades ilegais. Criam-se vários paradoxos, dilemas e impasses, alguns dos quais passamos a discutir agora.

## **Paradoxos da criminalização do uso de drogas**

### **1. contra a liberdade econômica**

Um dos principais paradoxos do crime-negócio é que, surgido primeiramente da atração de altos lucros advindos da ilegalidade da atividade econômica, transcende a lei do Estado que a proibiu em nome da liberdade econômica. Esta liberdade contra a lei, no entanto, nega os princípios mais caros ao liberalismo econômico, segundo os quais a persecução dos ganhos individuais vem a estabelecer o bem comum pela mão invisível do mercado. Não se trata de um mercado aberto (Luppo, 2002), mesmo considerando que mercados sempre funcionaram de forma imperfeita e com restrições de vários tipos. Só podem ser admitidos em tais negócios tão lucrativos os que gozam da confiança e têm a permissão das pessoas melhor localizadas na rede do crime. Fruto da ambição de atingir amplos e fáceis lucros em atividades ilegais, o crime-negócio fomenta a criação de poderosas restrições ao livre comércio desde o atacado até o varejo, visto que associa sempre a mercadoria ilegal à posse e uso de armas de fogo, usualmente também ilegais e, portanto, traficadas em diversas redes.

Mesmo assim, num contexto de pouco desenvolvimento econômico e desindustrialização, mais pessoas podem vir a ser atraídas ao arriscado crime-negócio e passar a organizar suas ações de modo a obstruir a detecção e a acusação judicial, seguindo o jogo sujo e necessariamente violento das atividades fora e contra a lei. Sua ilegalidade suscita extrema violência em alguns setores, especialmente o do tráfico de drogas no varejo. Os que ocupam posições estratégicas nas grandes redes de conexões transnacionais podem ter rápidos ganhos devido a uma combinação de poucos limites institucionais e morais, com a conseqüente corrupção que atinge as instituições encarregadas de coibir o crime. Localmente, eles fomentam práticas subterrâneas e violentas de resolução de conflitos e de luta perene pelo controle do comércio e as posições de poder: as ameaças, a intimidação, a chantagem, a extorsão, as agressões, os assassinatos e, em alguns países, até mesmo o terrorismo. Mesmo onde tais atividades surgiram de uma revolta contra a discriminação e a desigualdade nas oportunidades que o mercado legal oferece, a conseqüência principal das atividades transgressoras da lei é criar vítimas entre possíveis concorrentes, tornando o mercado ainda mais discriminador e desigual.

O imbróglio das drogas ilegais torna-se, portanto, muito mais intrincado, cheio de nós e círculos viciosos na esfera institucional articulada à social. A dinâmica da

repressão à atividade econômica proibida faz surgir novos e inesperados atores interessados em manter a ilegalidade pelas vantagens dela retiradas. Até mesmo os encarregados de reprimi-las no sistema de justiça, especialmente em países de fraca institucionalidade como o Brasil.

## **2. contra o monopólio legítimo da violência**

A associação entre as drogas ilegais e as armas é incontestável também principalmente em países em que o monopólio legítimo da violência pelo Estado sempre apresentou falhas por causa da presença de formas privadas de proteção e segurança. Tais países não chegam a consolidar a democracia. Daí o segundo paradoxo, porém não menos importante, que a economia das drogas ilegais acarreta quando começa a existir a partir de uma demonstração do poder do Estado ao proibir sua produção, seu comércio, seu porte e seu uso. Esta droga, tornada ilegal pelas leis do estado, passa a ameaçar a organização, a governança e principalmente um dos princípios básicos da existência desse mesmo estado: o monopólio legítimo da violência.

Não surpreende, portanto, que o Conselho Social e Econômico das Nações Unidas (UNDCP, 1997) tenha concluído que o crime organizado transnacional, com a capacidade de expandir suas atividades a ponto de ameaçar a segurança e a economia dos países, particularmente os que estão em transição para a democracia e o desenvolvimento econômico, representa o maior perigo que os governos têm que enfrentar para assegurar sua estabilidade e a segurança de seu povo, a preservação de toda a tessitura social e a continuidade de seu desenvolvimento.

Exemplos do funcionamento da rede que aporta armas às quadrilhas que atuam no varejo nas favelas do Rio de Janeiro, repetidos no país, ilustra este paradoxo. Policiais corruptos levam armas exclusivas das Forças Armadas brasileiras até os comandos e quadrilhas de traficantes, o que torna factível um estado de guerra permanente pelo controle dos pontos de venda e dos territórios urbanos assim controlados militarmente. Estas mesmas armas vão matar policiais

que fazem a repressão às atividades ilegais das quadrilhas<sup>2</sup>. Por fim, em decorrência da insegurança que se estabelece nas vizinhanças controladas por traficantes e policiais corruptos, que espalha em toda a cidade a falta de confiança na instituição policial, formas de segurança privada se espalham para proteger aqueles que podem pagar ou que são obrigados a pagar, como acontece quando esta segurança privada é ilegal, caso das milícias surgidas nas áreas de ocupação mais recente da cidade.

Na esfera institucional, está, pois, o mais terrível paradoxo: é a mesma polícia repressiva que, pelos depoimentos tomados em 25 anos de pesquisas de campo das quais participei, fornece armas e munições, muitas exclusivas das Forças Armadas, aos traficantes que passam a controlar militarmente territórios incrustados nas favelas do Rio de Janeiro. As favelas e seus arredores tornam-se parte das áreas quentes da ecologia do perigo e da violência, socializando jovens no desejo e no manejo das armas de fogo, elementos-chave da nova “cultura de rua”<sup>3</sup>.

Do mesmo modo que o uso das drogas, o porte de armas de fogo também se explica pelo contexto sócio-cultural dos pequenos grupos a que pertencem os jovens. Muitos estudos, sobretudo os feitos nos Estados Unidos, apontam o grupo de pares como o maior preditivo de delinquência entre homens jovens, especialmente os crimes violentos mais graves e o hábito de portar armas (Myers *et.al.*, 1997). A família poderia influir direta ou indiretamente, mas é a rede de relações do jovem com outros jovens de sua idade ou com jovens de idade superior que aparecem como mais importantes para se entender o seu comportamento. Os que portam armas constituíram 20% da amostra de adolescentes negros entre 12 e 15 anos entrevistados. Estes jovens mencionam 19 vezes mais do que os que não portam armas que têm colegas também portadores de armas de fogo (*ibidem*).

---

<sup>2</sup> A Polícia Militar mata muito no Brasil. No estado do Rio de Janeiro, foram mortas 6218 pessoas entre 2000 e 2006. Mas muitos policiais são assassinados também. No mesmo período foram 1034 policiais mortos, dos quais 80% na folga (ISP/SSP-RJ). [www.ssp.rj.gov.br](http://www.ssp.rj.gov.br)

<sup>3</sup> Os milhões de dólares dos negócios na rua, não bem estimados, tornaram-se “a estratégia masculina mais visível publicamente” ou uma “alternativa para a dignidade pessoal autônoma” segundo Bourgois (1996). Disso resultou uma cultura de rua de criatividade explosiva e desafiadora, como resposta e em oposição à exclusão social.

Tais estudos procuram entender porque jovens que, de outra maneira não andariam armados, passaram a fazê-lo para evitar serem vitimizados pelos seus pares armados, para impor respeito e para gozar do prestígio adquirido com a posse de armas (Fagan, 2005). Pois, mais do que uma inclinação natural dos homens jovens pobres à violência, o que explica o aumento da taxa de homicídios nos locais onde vivem é a alta concentração de armas nestes locais. É isso que cria o que o criminologista Jeffrey Fagan da Universidade de Columbia chamou "*ecology of danger*". Depois de entrevistar 400 jovens nas vizinhanças mais perigosas de Nova Iorque, descobriu que a violência se expandiu entre 1985 e 1995 pelo contágio de idéias e posturas. Nas várias pesquisas de campo que realizei com meus assistentes no Rio de Janeiro, também sempre foi assinalada, desde 1980, a facilidade e a quantidade de armas disponíveis para os jovens moradores das favelas tidas como perigosas.

### **3. contra a administração da justiça**

O crime organizado, ou o crime negócio, ou a nova criminalidade global, como se sabe, atravessa todas as classes sociais e está conectado aos negócios legais e aos governos. Envolve desde fazendeiros, empresários dos setores imobiliários e de transportes, comerciantes ao longo das rotas de distribuição de seus produtos ilegais até funcionários do sistema de Justiça encarregados de reprimir tal atividade econômica ilegal, porém muito lucrativa. No caso destes últimos, é o seu poder de atuar na contenção ao crime que acaba por estimular ainda mais a realização dele.

No Brasil, começou-se tardiamente a investigar e a conhecer a provisão de drogas ilícitas ou a força organizacional das redes de traficantes, principalmente suas conexões com a economia e as instituições legais. Apesar da expansão do poder de Estado e dos fundos para o controle público destas ações durante os anos oitenta, só muito recentemente deu-se atenção aos interesses econômicos e políticos conectados à economia da droga, particularmente as interações cuidadosamente tecidas entre o mundo visível e o invisível, o legal e o ilegal, os setores formais e informais da economia. Em outras palavras, se bem que a Polícia Federal tenha examinado o crime organizado nos últimos anos, a Polícia dos estados da República Federativa do Brasil, suas polícias civis e militares,

intervém principalmente na repressão violenta das favelas e dos bairros pobres nas regiões metropolitanas e capitais.

Ao concentrar o olhar sobre as condições atuais de vida dos pobres, não se pode deixar de registrar a ausência e o estilo de policiamento mais violento e mais corrupto nos bairros e favelas onde os pobres vivem. Talvez a desigualdade seja ainda mais impressionante no que se refere ao tratamento diferenciado que as polícias, principalmente a Polícia Civil e Militar de cada estado, há quatro séculos no Brasil, dão aos seus moradores pobres (Fausto, 1984; Chaloub, 1986; Bretas, 1988 e 1997). Há, sem dúvida, uma polícia para os pobres e uma polícia para os ricos, o que foi reforçado durante o Regime Militar.

Pesquisa de vitimização recente realizada no Rio de Janeiro (Zaluar, 2006), revela que a Polícia Militar, a que faz o policiamento ostensivo, está muito mais ausente nos bairros e favelas onde moram os mais pobres da cidade. Ao mesmo tempo, ela é muito mais violenta nessas mesmas áreas, especialmente nas favelas que abundam nos subúrbios, como Madureira, ou na região da Tijuca. Nessas favelas, os policiais atiram 10 vezes mais do que nas áreas regulares do asfalto e agridem duas vezes mais os moradores.

#### **4. contra a governança e a autoridade**

Este paradoxo do exercício de poder do Estado que passa a ameaçar a capacidade de poder do Estado é ainda mais proeminente em países em que a corrupção institucional, a irreverência pela lei, a ineficácia policial e a discriminação no sistema de Justiça, a ineficiência das políticas de prevenção e tratamento incapazes de coibir o aumento do uso abusivo de drogas, fizeram com que a violência urbana aumentasse a um ritmo desastroso. Isto, por sua vez, onerou ainda mais os enormes custos do sistema de saúde e impossibilitou a execução de outras políticas importantes para diminuir a desigualdade, a pobreza e as dificuldades nas condições de vida do trabalhador pobre.

É importante lembrar que o vazio institucional, tido como o responsável pelo crescimento exponencial dos crimes violentos, o vazio do Estado, não se refere à ausência de escolas, de postos de saúde, de quadras de esporte, até de Vilas Olímpicas que, no Rio de Janeiro, tem a maior rede do país. Esse vazio decorre principalmente do funcionamento do sistema de Justiça no Brasil que penaliza

sobretudo os pobres, mas que também apresenta taxas nunca vistas de impunidade no que se refere aos crimes contra a pessoa que afetam principalmente os pobres. São os homens jovens e pobres que estão morrendo em taxas cada vez mais altas em todo o país e são eles quase que a totalidade dos presos nas penitenciárias brasileiras. Não surpreende o fato de que as rebeliões sejam usuais nesses estabelecimentos que adquirem facilmente significados decorrentes da imagem predominante de iniquidade.

Quando se consideram outras políticas públicas, que atuam na prevenção da violência por serem fundamentais para diminuir a desigualdade e a pobreza, o quadro não é menos preocupante. O tiroteio cada vez mais comum nos bairros populares e favelas, o uso de armas de fogo dentro de prédios escolares onde já ocorreram várias mortes de alunos e a proibição expressa de traficantes de que crianças e jovens de favelas e bairros inimigos freqüentem tais estabelecimentos, têm provocado, por outro lado, mudanças de escola ou de residência de um bairro para outro. Tais migrações forçadas são muito prejudiciais ao rendimento escolar do aluno, quando não provocam simplesmente as faltas repetidas na mesma escola.

Por fim, as relações do jovem com o professor, assim como com as demais figuras locais de autoridade, tais como líderes comunitários e religiosos, em crise por conta das ideologias disseminadas pelos estilos juvenis, hoje se encontram abaladas pelo uso cada vez mais comum de armas de fogo. A mera existência de opções informais no mercado ilegal de drogas afeta a visão da educação, da profissionalização e do próprio professor, visto como alguém pobre e pouco poderoso, des-vestido de autoridade e atração para os jovens (Guimarães & De Paula, 1992).

### **Pobreza não explica criminalidade**

Não falta no Brasil, o que Becker chamou de "motivação de um ato desviante", derivada de uma situação na qual o agente social não aceita a ordem social ou o atual estado do jogo social e político, ou ainda se revolta contra ele. Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode, em conjugação com as falhas do Estado na criação de possibilidades de ascensão social ou de aquisição de respeito, às quais deve se adicionar a nova cultura hedonista que faz parte da

cultura jovem, facilitar a adesão às práticas de uso de drogas ilícitas, tidas como sub-culturas marginais. Sub-culturas ou não, grupos de usuários se formam e são importantes na medida em que sabemos ser o ato desviante ou a repetição dele uma decorrência do aprendizado no grupo social de desviantes do qual o jovem vem a fazer parte. Este pertencimento vem a gerar uma série de atitudes, valores e identidades que podem se cristalizar e, também por criar laços reais de amizade, domínio ou dívida, dificultar o rompimento com o grupo, portanto com o próprio desvio.

Mesmo admitindo que a pobreza impõe dificuldades no viver que propicia a marginalização do jovem, é preciso nunca perder de vista que a categoria “pobre” é altamente diferenciada. Os efeitos combinados da pobreza e da urbanização acelerada, sem que houvesse um desenvolvimento econômico necessário para oferecer emprego urbano aos migrantes e aos trabalhadores pobres, não são suficientes para compreender os conflitos armados que matam homens jovens. Portanto, deve-se discutir como a pobreza e a falta de emprego para os jovens pobres se relacionam com os mecanismos e fluxos institucionais do sistema de Justiça na sua ineficácia no combate ao crime organizado, bem como os efeitos da globalização da cultura sobre as tradições locais.

Os mercados informais sempre existiram no Brasil, e constituíram uma fonte de renda importante para os com pouca qualificação ou desempregados. Estes mercados criaram redes e regras para organizar o comércio de artesanatos e a produção caseira nas principais ruas dos maiores centros urbanos. Entretanto, nas últimas décadas, as ruas foram ocupadas pelos vendedores ambulantes de objetos roubados de caminhões, de residências e de passantes. Teria sido mera coincidência, ou a própria dinâmica do tráfico de drogas informal e ilegal estendeu para outras redes o recebimento dos produtos roubados com o objetivo de criar a liquidez para comprar novas doses da desejada droga?

O comércio informal, tradicionalmente uma saída para o desemprego e o trabalho subalterno, tornou-se misturado com empreendimentos econômicos criminosos, tais como o roubo de vários bens utilizados como moeda para comprar drogas e seus precursores (Zaluar, 1994; Geffray, 2001; UNDCP, 1997). Ferros-velhos, ourivesarias, oficinas mecânicas e antiquários viraram centros de receptação e, algumas vezes, de lavagem de dinheiro. Usuários entrevistados e os

que escreveram biografias depois de tratados mencionam o fato de que, quando muito “fissurados”, levavam os objetos roubados imediatamente para a boca de fumo e se conformavam em receber uma quantidade de drogas muito inferior ao preço que poderiam obter nos centros de receptação (Pinheiro, 2005). Isto não se passa sem estratégias eficazes de corrupção dos agentes da lei. Todavia, como não há lei para proteger os negócios deste setor da economia, quaisquer conflitos e disputas são resolvidos pela violência. Sem isso, não seria possível compreender a facilidade com que armas e drogas chegam até as favelas e bairros populares do Rio de Janeiro (Zaluar, 1994; Lins, 1997), nem como as mercadorias roubadas - automóveis, caminhões, jóias, eletrodomésticos -, usadas na troca com as drogas ilegais, chegam com facilidade ao seu destino final no Paraguai e na Bolívia, passando pelo interior de São Paulo (Geffray, 1996).

Uma vez dentro de grupos criminosos, jovens, destituídos ou não, ficam à mercê das rigorosas regras que proíbem a traição e a evasão de quaisquer recursos, por mínimos que sejam. Entre esses jovens, no entanto, são os mais destituídos que portam o estigma de eternos suspeitos, portanto incrimináveis, quando são usuários de drogas, aos olhos discriminatórios das agências de controle institucional. Com um agravante: policiais corruptos agem como grupos de extorsão, que pouco se diferenciam dos grupos de extermínio formados com o objetivo de matá-los. Quadrilhas de traficantes e assaltantes não usam métodos diferentes dos primeiros. Todas as entrevistas feitas com os jovens envolvidos pelas quadrilhas, em Cidade de Deus, conjunto habitacional popular no Rio de Janeiro, pela equipe de pesquisa que coordenei entre 1987 e 1991, mencionaram o mesmo esquema de extorsão e terror da parte de policiais da região e a imposição de traficantes para que os pequenos ladrões dividissem o produto de seu roubo (Zaluar, 1994; Lins, 1997). Tornar-se membro da quadrilha passa a ser imperativo, ou para pagar dívidas, ou para se sentir mais forte e mais protegido frente aos inimigos criados. Se entra, o jovem se inicia no circuito infernal de ter que andar sempre armado para não ser morto, que os jovens de Cidade de Deus denominavam "condomínio do diabo".

De fato, o comércio de drogas tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios do Brasil, mas com diferenças regionais entre cidades e entre bairros na mesma cidade. No Rio de Janeiro, mesmo que não completamente

coordenado por uma hierarquia mafiosa, o comércio de drogas tem um arranjo horizontal eficaz pelo qual se faltam drogas ou armas de fogo em uma favela, esta imediatamente as obtêm das favelas aliadas. As quadrilhas ou comandos conciliam os dispositivos de uma rede geograficamente definida, que inclui pontos centrais ou de difusão, e outros que se estabelecem na base da reciprocidade horizontal. Nesta cidade, as armas de fogo são mais facilmente obtidas por causa dos portos e vários aeroportos assim como os mais importantes depósitos de armamentos das Forças Armadas que estão dentro do seu território. Muitos furtos ocorreram e continuam ocorrendo em tais depósitos, onde não impera o controle de estoque apropriado. Conseqüentemente, o tráfico de drogas tornou-se mais facilmente militarizado.

Basta ler os jornais brasileiros para saber que os "comandos" inimigos disputam violentamente o território onde controlam os negócios, e proíbem os moradores das áreas "inimigas" de cruzar os limites do seu perímetro, até mesmo para visitar amigos ou parentes. É por isto que favelados, de alguns bairros da cidade, falam de uma "guerra interminável" que opõe traficantes pertencentes a comandos inimigos ou policiais versus traficantes. Nesta guerra, não somente os membros das quadrilhas, mas também os jovens que vivem nas mesmas favelas ou em favelas amigas, são obrigados a doar sua ajuda cada vez que os opositores atacam uma outra quadrilha que faz parte do mesmo comando. Os "soldados do tráfico" ou "falcões" formam então um "bonde", ou "elo" que responderá ao ataque do outro "bonde", constituído da mesma maneira. Por isso, os vizinhos não têm permissão de cruzar as fronteiras artificiais entre as favelas. Muitos homens foram mortos apenas porque passaram de um setor a outro comandado pelas redes beligerantes do tráfico. Mesmo para trabalhar, mesmo para se divertir no baile. Algumas mulheres também foram mortas por ousarem namorar homens de favelas inimigas.

Quando os "soldados" são chamados pelos donos do tráfico, este chamado é dirigido aos jovens que conseguiram ultrapassar os regulamentos existentes hoje nas Forças Armadas brasileiras para evitar recrutar jovens de favelas. Eles foram treinados durante o serviço militar, ainda obrigatório. Mesmo quando não fazem parte das quadrilhas, estes jovens são "convidados" a montar e desmontar as armas automáticas exclusivas das Forças Armadas e roubadas de seus

depósitos; são chamados a instruir os novos soldados do tráfico a enfrentar os inimigos quando a favela onde vivem é invadida pela polícia ou uma quadrilha rival. Eles devem aceitar o “convite” não tanto porque são pressionados, mas porque se sentem obrigados a colaborar com a quadrilha que controla o bairro onde moram. De todo modo, eles sabem que, em caso de recusa, pagarão um preço, tanto no plano moral como no físico: perderão o conceito ou a consideração junto ao "dono do morro"; serão expulsos da favela; ou, pior, executados. Às vezes são até mesmo convidados a formar os bondes que vão invadir os bairros inimigos (Zaluar, 2001).

Em algumas regiões pobres da cidade, os "comandos" que controlam os morros dividiram militarmente não apenas as favelas, mas também as ruas próximas. É preciso prestar atenção para não cair nas mãos de inimigos ou, como eles dizem, de "alemães". Além disso, as ruas são pouco iluminadas e a polícia não vai ali senão em patrulhas raras violentas ou “*blitzen*”. Por isso, os traficantes das favelas reinam sem muitos problemas nas ruas dos bairros mais longínquos. Trata-se, para eles, de impedir que fornecedores independentes de droga de vender sua mercadoria ali ou de mostrar seu poder de fogo. Quando o "proprietário dos morros" avista um vendedor não autorizado, ameaça-o. Se este último insiste, e confronta a quadrilha, é morto. Não se pode vender drogas sem ser autorizado pelo dono. Se o traficante ou o policial corrompido suspeita que os bandidos menos importantes estão ganhando muito dinheiro, estes podem passar pela experiência de serem agredidos, torturados ou extorquidos. A situação, como dizem, fica "sinistra". Eles podem ser mortos por um ou por outro.

Nessas áreas pobres da cidade controladas por traficantes, o uso da arma de fogo é corriqueiro como meio de manter o domínio do território, cobrar dívidas, afastar concorrentes e amedrontar possíveis testemunhas<sup>4</sup>. Compreende-se, assim, porque jovens pobres matam-se uns aos outros devido a rivalidades pessoais e comerciais, seguindo o padrão estabelecido pela organização que, além de criar

---

<sup>4</sup> Os dados da pesquisa de vitimização do NUPEVI (Zaluar, 2006) são impressionantes: o barulho de tiros é ouvido sempre e freqüentemente por 45% dos entrevistados e está concentrado nas áreas de planejamento 1, 2 e 3, de urbanização mais antiga na cidade e onde há muitas favelas. Conflitos armados são vistos por 13% dos entrevistados e também estão mal distribuídos na cidade: maiores proporções nas áreas 1, 3 e 5, onde há maior concentração de pobres.

regras militares de lealdade e submissão, distribui fartamente armas de fogo automáticas e semi-automáticas, exclusivas das Forças Armadas.

Não se trata, pois, de guerra civil entre pessoas de classes sociais diferentes ou mesmo uma nítida guerra entre polícia e bandidos. Nestas mortes, os jovens pobres não estão cobrando dos ricos, nem estão perpetrando alguma forma de vingança social, pois são eles as principais vítimas da criminalidade violenta, seja pela ação da polícia, seja dos próprios delinqüentes. Vivem, de fato, segundo as regras da reciprocidade violenta e da vingança privada pela ausência de uma instância jurídica na resolução de conflitos internos e do vigor de uma cultura cidadã.

Dados de pesquisa domiciliar de vitimização<sup>5</sup> são reveladores sobre os impasses e paradoxos impostos à ação policial. Considerando que esta ação advém de um mandato outorgado às organizações para garantir a segurança da população, o fracasso em garanti-la está criando novos problemas que ameaçam paralisar as polícias estaduais no Brasil.

Os dados sobre os crimes comuns (furtos, roubos e agressões físicas) cometidos contra os moradores da cidade não diferem muito dos encontrados em outros lugares do mundo e são até menores do que muitas cidades brasileiras. O risco depende muito mais do estilo de vida (se sai à noite, se anda de transporte coletivo) do que da idade ou do sexo. Homens e pessoas jovens são mais vitimados porque saem mais de casa à noite e andam durante a semana na rua ou em coletivos.

Uma alta proporção das pessoas furtadas não procurou a polícia (77,2%), enquanto apenas 22,7% procuraram. Os que não procuraram, deram como razão principalmente a falta de informações para dar ao policial (41,9%), ou porque não ia adiantar, por ser muito difícil recuperar objetos furtados (20,7%), ao que devem

---

<sup>5</sup> O universo da pesquisa foi a população de 15 anos e mais na cidade do Rio de Janeiro. Sobre este universo foi calculada uma amostra aleatória nos três estágios da pesquisa. Primeiro foram sorteados 200 setores censitários mapeados segundo as características socioeconômicas de cada um para que nenhum setor da população deixasse de estar representado na amostra. Segundo, em cada setor, depois de ter todos os seus domicílios arrolados pelos pesquisadores, 20 domicílios foram escolhidos pelo critério de pulo, que depende do número de domicílios arrolados em cada um deles. Terceiro, uma pessoa de 15 anos ou mais em cada domicílio foi escolhida segundo o sexo e a idade, de acordo com 32 tabelas montadas para assegurar a representatividade de cada sexo e grupo de idade.

ser adicionados os 9,1% que afirmaram que não valia a pena registrar o furto. Somados, são 70,8% os que percebem mais problemas técnicos do que de confiança na polícia. Expressaram razões vinculadas à desconfiança, os que alegaram temer perda de tempo sem serem atendidos (7,4%), os que disseram expressamente não ter confiança na polícia (4,6%), os que desconfiavam que policiais estivessem envolvidos no furto (0,2%), não conhecer ninguém influente dentro da corporação (0,2%) ou ainda saber que as pessoas não eram bem tratadas por eles (1,6%), percentuais pequenos que somados chegam a 14%, considerando as altas proporções dos que, em outra pergunta, expressaram não confiar no trabalho policial.

71,4% das pessoas roubadas não procuraram a polícia; apenas 28,5% procuraram. Os que não procuraram, deram como razão principalmente a falta de informações para dar ao policial (37,9%) - ou porque não ia adiantar, por ser muito difícil recuperar objetos roubados de pouco valor (18,4%), aos que devem ser adicionados os 8,4% que afirmaram não valer a pena registrar o roubo. Somados, são 64,7% os que percebem mais problemas técnicos do que de confiança na polícia. Há também uma proporção de pessoas maior (10,8%) do que a encontrada no furto que afirmou não ter procurado a polícia por medo de sofrer represálias pelos autores do roubo, já que a violência está envolvida nesse crime. Expressaram razões vinculadas à desconfiança os que afirmaram que temiam perder tempo sem serem atendidos (7,9%), os que disseram expressamente não ter confiança na polícia (5,7%), não conhecer ninguém influente dentro da corporação (0,1%), os que desconfiavam que policiais estivessem envolvidos no roubo (0,3%), ou ainda saber que as pessoas não eram bem tratadas por eles (0,8%), que somados chegam a 14,7%, percentual igualmente pequeno considerando as altas proporções dos que, em outra pergunta, não avaliaram bem o trabalho policial.

Na agressão física, é ainda maior o percentual das pessoas (81,5%) que não procuraram a polícia, e menor o das que procuraram (18,4%). Os que não procuraram, deram como razão principalmente o medo de sofrer represálias pelos autores da agressão (21,7%), achar que não valia a pena registrar a agressão (23,7%), ou que não ia adiantar nada (15,4%), ou ainda os 12,1% que afirmaram ter resolvido o problema pelos meios próprios. Isto se coaduna com o caráter

predominante da agressão interpessoal entre conhecidos. Somados, são 72,9% os que percebem mais problemas pessoais do que de confiança na polícia. Ainda 10,8% alegaram falta de informações para dar ao policial. Expressaram razões vinculadas à desconfiança os que disseram expressamente não ter confiança na polícia (9,4%), os que afirmaram que temiam perder tempo sem serem atendidos (4,9%), os que não conhecem ninguém influente dentro da corporação (0,5%), os que desconfiavam que policiais estivessem envolvidos na agressão (0,7%), ou ainda saber que as pessoas não eram bem tratadas por eles (0,8%), que somados chegam a 16,3%, percentual igualmente pequeno considerando as altas proporções dos que, em outra pergunta, não avaliaram bem o trabalho policial.

### **Agressão por PM**

Nos dados sobre as experiências e a avaliação que a população de 15 anos e mais têm sobre as polícias, então o quadro já difere do encontrado em outras cidades brasileiras e no mundo.

A agressão física perpetrada por policiais militares contra pessoas morando domicílios dos entrevistados chega a ser o dobro do percentual de pessoas agredidas na cidade: 4,4%. E o padrão é muito claro, diferente do encontrado nos outros crimes: atinge várias vezes mais pessoas negras, pobres e faveladas.

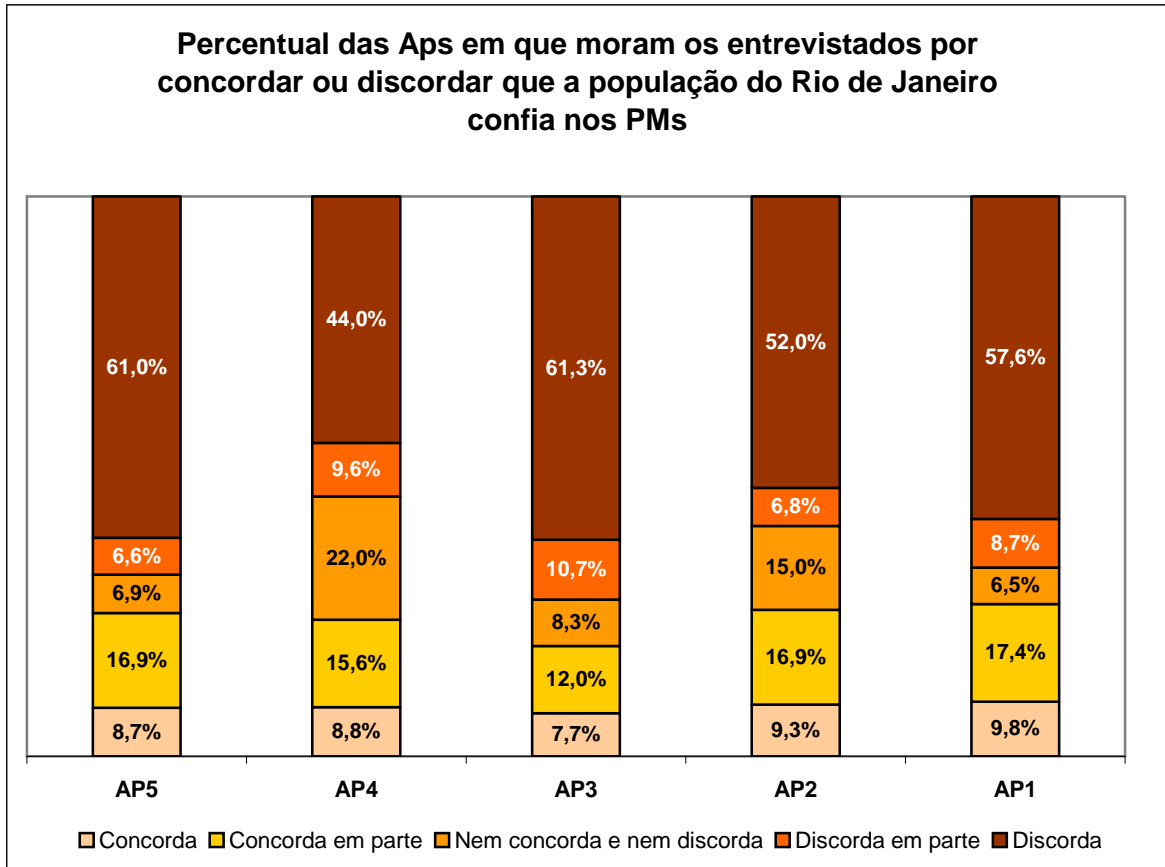
As pessoas pretas e pardas são mais vítimas deste tipo de violência do que as brancas e quando se considera a variável escolaridade, verifica-se que mais pessoas de ensino fundamental assinalaram mais agressões cometidas por policiais militares do que universitários. As mulheres pretas em proporção três vezes mais (7%) do que as brancas (2,2%) e duas vezes maior do que as pardas (3,8%). Os de renda mais baixa afirmaram ter alguém da sua residência agredido por policiais militares em proporções maiores do que os de renda média.

Na avaliação do trabalho policial feita pelos entrevistados as proporções indicam muito mais desconfiança do que as obtidas em relação ao que fazer quando vítima de um crime. Por que? A pior avaliação para a polícia que faz o policiamento ostensivo e está mais espalhada pela cidade: a Polícia Militar que é também a que mais mata e a que mais atira em suspeitos mesmo quando há transeuntes ou moradores no local da ocorrência. Isto é especialmente verdade para as áreas de favelas e os bairros pobres dos subúrbios. Segundo a pesquisa,

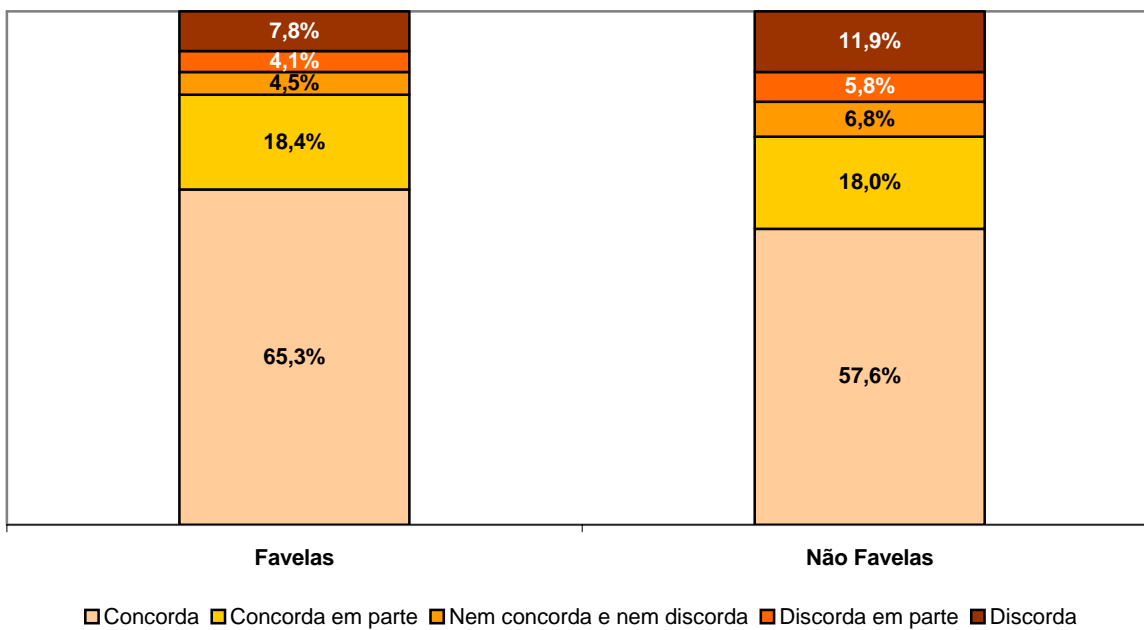
policiais militares disparam dez vezes mais tiros nas favelas do que nos demais bairros da cidade. E a proporção de agressões perpetradas por policiais militares nos residentes é o dobro na favela do que no asfalto.

### Avaliação da Polícia Militar por brancos e negros do Rio de Janeiro

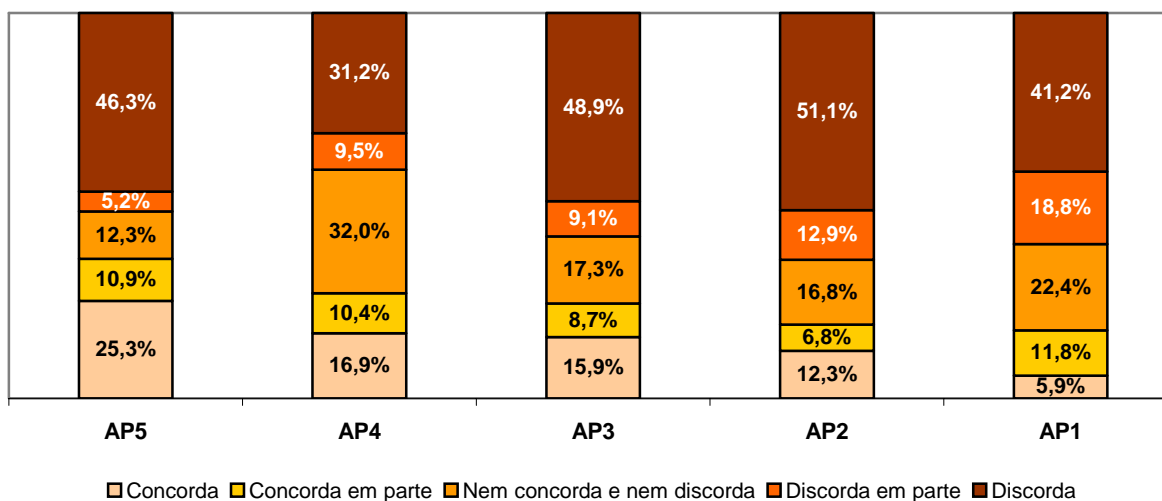
	Polícia Total		Polícia Militar		Polícia Civil	
	Branco(a)	Negros	Branco(a)	Negros	Branco(a)	Negros
M.Bom e Bom	59,8%	48,2%	55,0%	35,6%	62%	55%
Regular	20,1%	21,8%	21,7%	20,0%	19%	23%
M.Ruim e Ruim	20,1%	30,0%	23,3%	44,4%	18%	22%



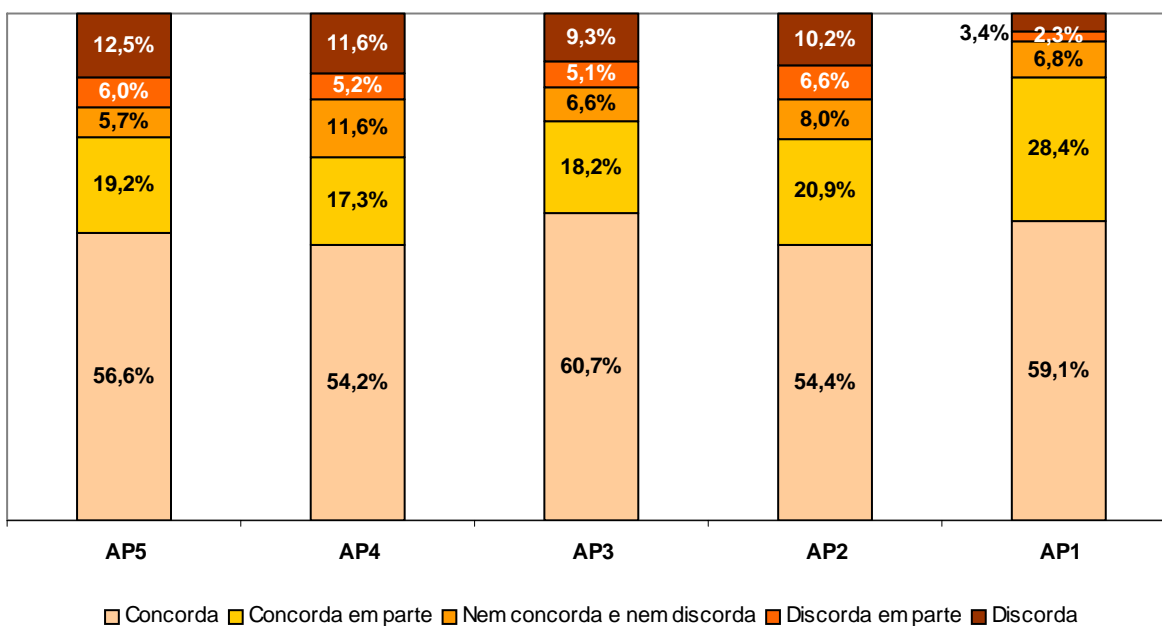
**Percentual dos entrevistados moradores em favela e dos não por concordar ou discordar que a grande maioria dos PMs é violenta**



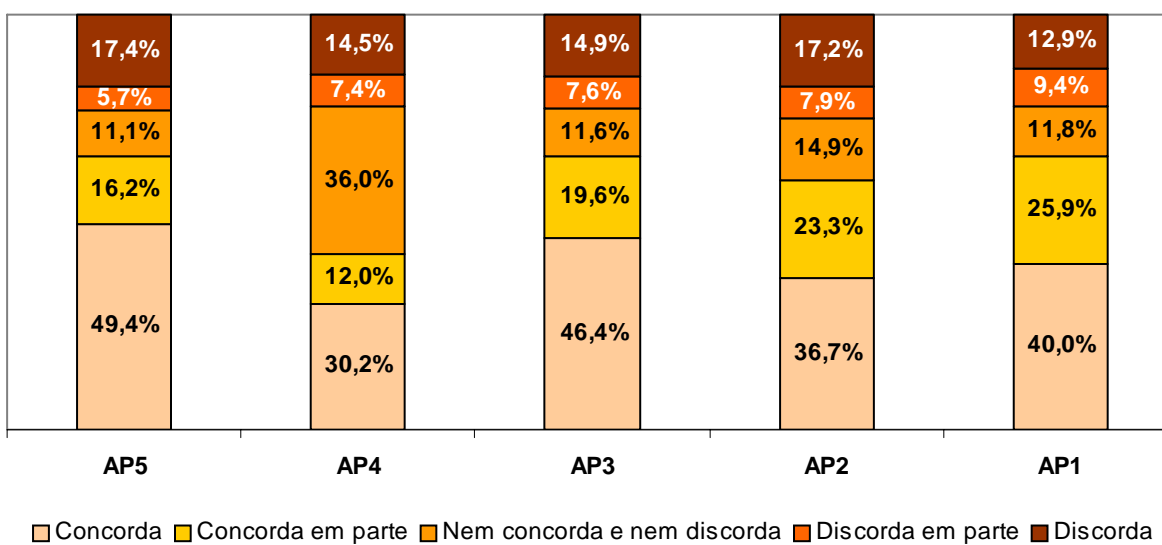
**Percentual das Aps em que moram os entrevistados por concordar ou discordar que os casos de violência e corrupção de PMs são apurados de forma imparcial e rápida**



**Percentual das Aps em que moram os entrevistados por concordar ou discordar que a grande maioria dos PMs é corrupta**



**Percentual das Aps em que moram os entrevistados por concordar ou discordar que a PM usa a força de modo desproporcional a ameaça recebida**



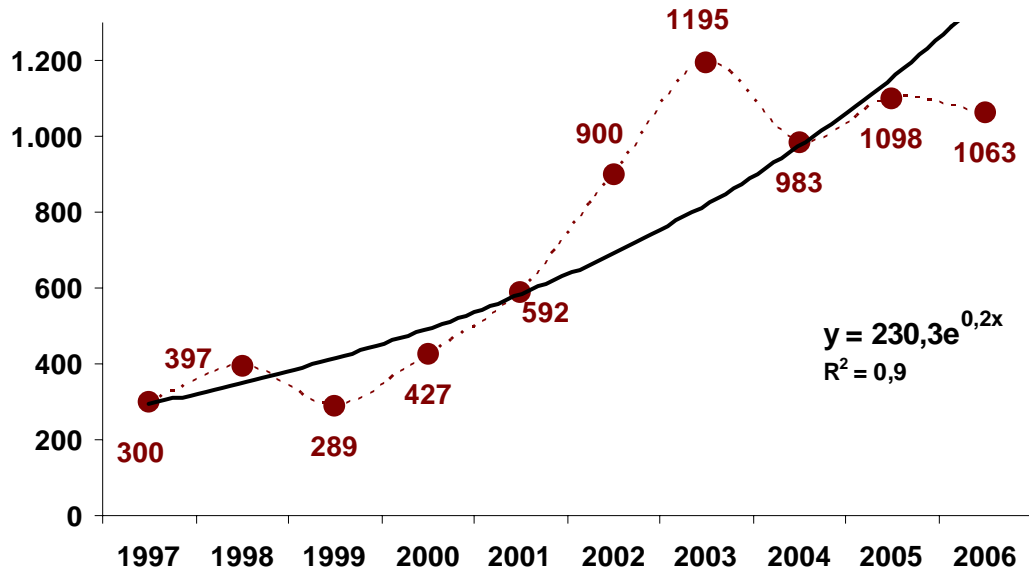
A confiança na Polícia é menor nas áreas da cidade em que existem mais favelas controladas por traficantes, onde quase não há policiamento. Em outras áreas mais afastadas do Centro, mas com muitos moradores policiais e milícias de moradores fazendo a segurança das vizinhanças, a confiança na PM é maior . Mas, por causa dos confrontos armados freqüentes, muitos policiais são mortos. Os dados oficiais da Polícia do Estado do Rio de Janeiro são impressionantes. Revelam que entre 2000 e 2006 foram mortos 1034 policiais militares, 80% dos quais assassinados fora do serviço, na folga. No mesmo período, foram mortos 6198 civis nos confrontos com a polícia (autos de resistência).

Ao mesmo tempo, 25% dos entrevistados admitiram ter formas de segurança privada que variam muito: traficantes pagos ou não pagos, moradores pagos ou não pagos, vigilantes não uniformizados, empregados uniformizados de empresas de segurança, empregados não uniformizados. Nas áreas em que os traficantes garantem a segurança, a troca de tiros, o percentual de vizinhos, parentes ou amigos mortos é várias vezes superior às demais.

**POLICIAIS MILITARES  
MORTOS - 2000/2006**

	<b>Em serviço</b>	<b>Na folga</b>	<b>Total</b>	<b>% Folga</b>
2000	20	118	138	85,5
2001	24	104	128	81,3
2002	33	119	152	78,3
2003	43	133	176	75,6
2004	50	111	161	68,9
2005	24	111	135	82,2
2006	27	117	144	81,3

**CIVIS MORTOS PELA POLÍCIA  
(AUTOS DE RESISTÊNCIA - NÚMERO DE VÍTIMAS)  
Estado do Rio de Janeiro - 1997/2006**



**Formas de segurança privada e crimes**

Já viu nas ruas da vizinhança	TPG	TNP	MPG	MNP	SU	SNU	MÉDIA
Pessoas agredindo fisicamente outras pessoas	74,1%	38,2%	29,7%	34,8%	16,2%	15,7%	22,1%
peessoas consumindo drogas ilegais	89,8%	58,4%	19,2%	37,2%	29,5%	30%	31%
peessoas vendendo drogas ilegais	78,1%	58,4%	10,5%	19,2%	7,4%	16,1%	18,2%
Pessoas sendo assaltadas (já ouviu)	7,8%	12,1%	19%	20,4%	50,2%	53,2%	16,3%
Pessoas sendo mortas por armas de fogo	43%	40,3%	15,7%	18%	1,5%	16,8%	11,6%
Políciais extorquindo ou intimidando	46,8%	40,3%	3%	12%	5,9%	10%	8,3%
Políciais atirando sem provocação	46,8%	42,3%	3%	6%	1,5%	6%	4%
Pessoas armadas brigando	46,8%	38,2%	15,7%	20,4%	5,9%	12,9%	10,8%
Vizinhos foram assassinado	15,6%	22%	?	8,4%	0%	3,6%	4,7%

Legenda:

**TPG TRAFICANTES PAGOS**

**TNP TRAFICANTES NÃO PAGOS**

**MPG MORADORES PAGOS**

**MNP MORADORES NÃO PAGOS**

**SU EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA UNIFORMIZADOS**

**SNU VIGILANTES NÃO UNIFORMIZADOS PAGOS**

### Formas de segurança privada

Áreas	MNP	TNP	VNP	MPG	TPG	SU	VPG
AP1	1%	0,9%	-----	-----	-----	0,9%	2%
AP2.1	1%	-----	-----	1,8%	0,6%	12,4%	25%
AP2.2	3%	3,1%	0,9%	2,2%	1,7%	2,6%	24%
AP3.1	2%	2,7%	1,8%	3,0%	2,7%	2,1%	2%
AP3.2	2%	2,8%	0,3%	0,5%	0,5%	0,5%	9%
AP3.3	3%	1,2%	0,1%	0,4%	1,2%	1,0%	3%
AP4	2%	-----	1,1%	2,2%	-----	8,6%	3%
AP5.1	3%	0,3%	1,1%	5,5%	0,3%	0,3%	7%
AP5.2	2%	1,7%	0,8%	0,8%	0,3%	0,8%	4%
AP5.3	4%	2,1%	0,7%	1,4%	-----	0,4%	2%

Assim, deve-se perguntar se não foi a própria ação policial com força excessiva, ou seja, atirando muito na população civil que criou a situação vivida hoje na cidade, situação caracterizada pela extrema insegurança ou medo sentido por grandes parcelas dos moradores. Estaria a Polícia Militar do Rio de Janeiro arriscando-se a perder o seu mandato de polícia?

### BILIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. (1963) *Eichmann in Jerusalem: A report on the banality of evil*. Nova Iorque: Vicking Press.

ARLACHI, Pino. (1986). *Mafia Business, the Mafia Ethic and the Spirit of Capitalism*, Londres.

BATAILLE, George. (1967). *La Notion de Dépense*, Ed de Minuit: Paris.  
(1985): *Visions of Excess: selected writings*, Manchester: Manchester University Press.

BAUMAN, Zigmunt. (2007) *Miedo Líquido, la sociedad contemporánea y sus temores*. Barcelona: Paidós.

BETTANCOURT, G. & GARCIA, M. (1994). *Contrabandistas, marimberos y mafiosos. Historia social de la Mafia Colombiana*. Bogotá: TM Editores.

BOURDIEU, Pierre. (1984) *Distinction*, Londres: Routledge & Kegan Paul.

BOURDIEU, Pierre WACQUANT, Loïc. (1992) *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.

- BOURGOIS, Phillipe. (1996) *In Search of Respect, selling crack in el barrio*. Cambridge e New York: Cambridge University Press.
- BRETAS, Marcos Luiz. (1988) *A Guerra das Ruas; povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*, Tese de Mestrado em Ciência Política - IUPERJ, Rio de Janeiro. Publicada em 1997 pelo Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995).
- CALVI, Fabrizio. (1993) *La Vita Quotidiana Della Mafia dal 1950 a Oggi*, 1a. edição 1986; 3a. edi.: Milão: Biblioteca Universale Rizzoli.
- CASTEL, Robert. (1995) *Metamorphoses de la Question Sociale*, Paris: Ed. Fayard.
- CASTELS, Manoel & MOLLENKOPF, John. (ed.). (1992) *Dual City: Restructuring New York*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation.
- CHALOUB, Sidney. (1986) *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- CORNWALL, A. & LINDISFARNE, N. (1996) *Dislocating Masculinity*, Londres: Routledge.
- DU GAY, Paul. (2000) "Representing Globalization", Em Gilroy, Paul et al. (ed.), *Without Guarantees, in Honour of Stuart Hall*, Londres: Verso.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. (1993) *Quest for Excitement, Sport and Leisure in the Civilizing Process*, Oxford: Blackwell.
- FAGAN, Jeffrey. (2005) "Guns and Youth Violence", Em *Children, Youth, and Gun Violence*, Volume 12, Number 2, [www.futureofchildren.org](http://www.futureofchildren.org).
- FAUSTO, Boris. (1984) *Crime e Cotidiano*, São Paulo: Editora Brasiliense.
- FEATHERSTONE, Mike. (1997) *O Desmanche da Cultura*, São Paulo: Studio Nobel/ SESC.
- FONSECA, German. (1992) "Economie de la Drogue: taille, caracteristiques et impact economique". Em *Revue Tiers Monde*, n. 131, juillet-sep., Paris.
- GEFFRAY, Christian. (2001) "Effects sociaux, economiques et politiques de la penetration du narcotrafic en Amazonie Bresiliene". Em *International Social Science Journal*, UNESCO, v. LIII, no. 3: Londres e Paris.
- GUIMARAES, Heloisa. & DE PAULA, Vera. (1992) "Cotidiano escolar e violência", em Zaluar, Alba (ed.) *Educação e Violência*, Cortez Ed., S. Paulo.
- HALL, Stuart. (1980) *Resistance through Rituals*, Birmingham: Hutchinson, CCC.
- LABROUSSE, A. & KOUTOUSIS, M. (1996) *Géopolitique et Géostratégies des Drogues*, Paris: Economica.
- LINS, Paulo. (1997) *Cidade de Deus*, 1ª. edição. São Paulo: Cia das Letras.
- LUPPO, Salvatore. (2002) *História da Máfia*, São Paulo: Editora UNESP.

MOSHER, D. L., & SIRKIN, M. (1984) "Measuring a macho personality constellation", Em *Journal of Research in Personality*, 18, 150-163.

MYERS, G. P.; MCGRADY, G. A.; MARROW, C.; MUELLER, C. W. (1997) "Weapon carrying among Black adolescents: A social network perspective". Em *American Journal of Public Health*, 1038, American Public Health Association.

OSELLA, Filippo & OSELLA, Caroline. (2000) "Migration, money and masculinity in Kerala". Em *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 6 (117-133).

REUTER, Peter. (1986) *Disorganized Crime: Illegal Markets and the Mafia*, Massachusetts: MIT Press.

SALAMA, Pierre. (1993) "Macro-economie de la Drogue", GREITD-CEDI, mimeo.

SASSEN, Saskia. (1991) *The Global City*. Princeton: Princeton University Press.

SCHIRAY, Michel. (1994) "Les filières-stupéfiants: trois niveaux, cinq logiques". Em *Futuribles*, no. 185, Paris, mars.

SILVA, Enid Rocha Andrade & AQUINO, Luseni Maria Cordeiro. (2005) *Desigualdade social, violência e jovens no Brasil*, Rio de Janeiro/ Brasília: IPEA.

TAUSSIG, Michael. (1997) *The magic of the State*, Londres: Routledge.

THOUMI, Francisco. (1994) *Economia, Política e Narcotráfico*, Bogotá: Ed. Tercer Mundo.

TULLIS, LaMond. (1995) *Unintended Consequences; Illegal Drugs and Drug Policies in Nine Countries*, Boulder: Ed Lynne Rienner.

UNDCP

1997: *World Drug Report*. Londres e Nova Iorque: Oxford University Press.

VAN DER VEEN, H. T. (1998) "The International Drug Complex: When the visible hand of crime fractures the strong arm of the law", European University Institute, [www.unesco.org/most](http://www.unesco.org/most).

WIEVIORKA, Michel, (1997) "Le nouveau paradigme de la violence" Em Wierwoka, M. (ed.), *Un Nouveau Paradigme de la Violence*, Paris: L'Harmattan.

ZALUAR, Alba (1985) *A Máquina e a Revolta*, São Paulo: Editora Brasiliense.

(1994): *Condomínio do Diabo*, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

(1998): "Para não dizer que não falei de samba", em *História da Vida Privada no Brasil vol.IV*, São Paulo: Cia das Letras.

(2000): "Perverse Integration: Drug trafficking and youth in the favelas of Rio de Janeiro", *Journal of International Affairs*, v. 53, n. n. 2, p. 654-671: New York.

(2001): "Violence in Rio de Janeiro: styles of leisure, drug use, and trafficking" *International Social Science Journal*, UNESCO, v. LIII, n. no. 3, p. 369-379: Londres e Paris.

(2006): *Relatório Executivo da Pesquisa Domiciliar de Vitimização da Cidade do Rio de Janeiro (2005-2006)*, NUPEVI, Rio de Janeiro [www.ims.uerj.br/nupevi](http://www.ims.uerj.br/nupevi)